

**Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação**



## **Contributos para o Plano de Actividades – 2002**

Março 2001

## ÍNDICE

### 1. OBJECTIVOS DO DOCUMENTO

### 2. ACÇÕES A DESENVOLVER

#### 2.1 ESTUDOS

- Uma politica para os Conteúdos e os New Media em Portugal
- e-Procurement na Administração Pública
- Administração Pública na SI – Benchmarking com as melhores práticas e estratégias de desenvolvimento
- O ordenamento urbano e a SI
- Combater a pobreza e a exclusão social pela via da SI
- Administração Pública Electrónica – Identificação dos processos básicos da AP de interesse para o cidadão e agentes económicos

#### 2.2 CARTAS DE COMPROMISSO

- Fazer crescer o mercado da SI em Portugal

#### 2.3 MANIFESTOS

- Educar para e com a SI – Reflexão sobre a reforma do ensino básico e secundário
- Acessibilidade para todos – Combater o Digital Divide

- Combater os estrangulamentos do Comércio Electrónico em Portugal

## 2.4 WORKSHOPS

- Repensar a Saúde em Portugal no contexto da SI
- Repensar a Justiça em Portugal no contexto da SI
- Comércio e Negócio Electrónico em Portugal – A promessa adiada
- Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento no início do séc. XXI
- Livro Verde para a SI em Portugal – Quatro anos de existência

## 3. OUTRAS ACTIVIDADES

- Reaproveitamento de equipamento informático usado para fins de natureza social

## 4. CONCLUSÕES

## 1 . OBJECTIVOS

Decorrente dos Estatutos da APDSI e face aos novos paradigmas de evolução da Sociedade é, seguramente Missão da nossa Associação, estimular e dinamizar acções que de algum modo possam potenciar o acesso e as capacidades para concretizar as oportunidades e os benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal poderá trazer para os cidadãos, empresas e Administração Pública.

Importa que de uma forma contínua, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem ou as razões pelas quais muitas outras não se realizam. De uma forma criativa e construtiva cabe-nos contribuir para a existência de uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte desse mesmo desenvolvimento.

O País necessita e poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções. O Plano de Acções que se apresenta pretende ser, neste início de actividade, a base de trabalho de referência da intervenção da APDSI no decorrente ano.

Pretende-se que os resultados das diferentes actividades nas quais se inserem nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções envolvendo entidades com intervenção determinante na sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento no nosso País

Algumas das actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só serão exequíveis a partir do financiamento directo por parte dos sócios da APDSI, em particular das empresas, já que a Associação não dispõe dos meios económicos que possibilitem tais realizações.

## 2 . ACÇÕES A DESENVOLVER

### 2.1 ESTUDOS

#### □ **Uma política para os Conteúdos e os *New Media* em Portugal**

A indústria dos conteúdos em Portugal continua mergulhada numa crise profunda para a qual parece não existir solução clara. Pesem embora louváveis tentativas no sentido de identificar uma estratégia nacional para ultrapassar a situação existente parece não estarem completamente trabalhadas e dissecadas as componentes críticas e as acções que possam incorporar e dar forma a uma estratégia neste domínio.

Acreditamos ser do interesse nacional a realização de um estudo de referência, independente e credível que avalie e interprete as causas da situação presente avaliando-a à luz da situação internacional em especial da Europeia e que proponha um conjunto de acções capazes de influenciar as políticas existentes e a definição de uma estratégia nacional de elevado grau aspiracional.

Não pretende esta actividade interferir com os trabalhos actualmente em desenvolvimento noutros *fora*, mas tão somente, tendo em consideração o paradigma da Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente no que diz respeito ao potencial do fenómeno da convergência de recursos e de espaços de intervenção, contribuir para o desenvolvimento de um sector que se pretende dinâmico e capaz de criar riqueza de uma forma sustentada.

- **Destinatários:** Poder Político, Indústria dos media
- **Executores:** Empresa de Consultoria especialista na área
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 100 000 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 15 000 €), Promoção ( 20 000 €). **Total = 135 000 €**
- **Prazo de execução:** 2 meses

## □ e-Procurement na Administração Pública

A AP perfila-se, no nosso como noutros países, como um dos maiores clientes do mercado. Constatase que o sistema vigente de aquisições do sector público é bastante ineficiente e causador de graves prejuízos em termos da economia nacional. Por outro lado a AP funciona como um exemplo sempre que adopta novas tecnologias, levando as empresas a seguirem os mesmos caminhos.

Apesar de vários trabalhos já desenvolvidos, este domínio não conheceu alterações visíveis, mantendo-se as dificuldades de articulação entre os vários parceiros envolvidos. Importa pois analisar a situação nacional e compará-la com as melhores práticas internacionais, propondo medidas que integrem uma estratégia nacional neste domínio.

- **Destinatários:** Quadros superiores da Administração Pública. Quadros superiores de empresas de consultoria. Quadros superiores de empresas com relações comerciais significativas com a AP. Quadros superiores da Banca
- **Executores:** Task force específica
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 10 000 €) Promoção ( 10 000 €). **Total = 20 000 €**
- **Prazo de execução :** 3 meses

□ **Administração Pública na SI – Benchmarking com as melhores práticas e estratégias de desenvolvimento**

As administrações públicas em todo o mundo vêm sofrendo uma transformação profunda através das tecnologias da informação não só porque a sociedade espera dos serviços públicos a qualidade que hoje todos experimentamos noutros sectores, mas porque vem sendo intensa a pressão no sentido da redução da despesa pública e do aumento da produtividade.

De um modo geral todos os Estados modernos fixaram para os próximos anos objectivos concretos no domínio da Sociedade da Informação, criando metas ousadas que vão da simples disponibilização da informação até à prestação de serviços integralmente transaccionais. A Sociedade da Informação veio igualmente contribuir para o aumento da democraticidade e da cidadania através da disponibilização de formas cada vez mais fáceis e seguras de comunicação síncronas e assíncronas entre os cidadãos e poderes instituídos.

Torna-se por isso urgente efectuar um ponto de situação sobre as melhores práticas internacionais e avaliar as respectivas tendências e estratégias de desenvolvimento, tendo em conta os estudos entretanto efectuados.

- **Destinatários:** Poder Político, Administração Pública, Cidadãos e Agentes económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 10 000 €) Promoção ( 10 000 €). **Total = 20 000 €**
- **Prazo de execução:** 3 meses

## □ **O ordenamento urbano e a SI**

O aparecimento e a vulgarização vertiginosa da Internet veio estimular diálogos, encurtar distâncias, democratizar informações e expandir as relações humanas, permitindo a criação de espaços e comunidades virtuais que seriam impensáveis num mundo onde tudo fazia prever o aprofundamento do individualismo e da quebra de solidariedade entre pessoas, grupos e sociedades.

Através da Internet as pessoas agrupam-se baseadas em afinidades e não por determinação geográfica, libertando a comunicação humana das barreiras do espaço e do tempo que a constroem. A nova telepresença em espaços virtuais e o novo tempo das redes fora do tempo cronológico veio revolucionar as nossas vidas. O computador deixou de ser o protagonista de um trabalho solitário para ser simplesmente a porta de entrada para uma nova sociabilidade, num espaço não territorial compartilhado por todas as culturas e singularidades e que não é propriedade de ninguém.

Com as relações sociais a migrarem de um suporte físico para novos espaços virtuais, os cidadãos e as localidades estão cada vez mais a abstrair-se do seu sentido geográfico e histórico, pois com o rompimento dos padrões espaciais através da interacção com as redes o "espaço dos fluxos passou a substituir o "espaço dos lugares". Os novos ciberespaços desempenham na era pós-moderna o papel que as cidades e as regiões desempenharam na formação e no desenvolvimento da sociedade industrial. A cultura, entendida como o sistema de crenças e códigos historicamente produzidos, está a ser transformada de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico. A sociedade actual baseia-se em conhecimento, organiza-se em torno de redes que interligam os vários elementos das novas "cidades virtuais" e relaciona-se através de uma estrutura intensiva de fluxos informacionais.

Por tudo isto é urgente estudar e repensar o novo ordenamento urbano face aos desafios e oportunidades da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

- **Destinatários:** Poder Político, Indústrias ligadas ao urbanismo, arquitectura, meio ambiente, TICs, ...
- **Executores:** Empresa de Consultoria especialista na área
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 100 000 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 15 000 €), Promoção ( 20 000 €). **Total = 135 000 €**
- **Prazo de execução :** 2 meses

## □ **Combater a exclusão pela via da SI**

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que precisamos de ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

- **Destinatários:** Poder Político, Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-force específica, constituída por personalidades convidadas pela capacidade que vêm demonstrando no estudo destas matérias
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 10 000 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 5 000 €) Promoção ( 5 000 €). **Total = 20 000 €**
- **Prazo de execução :** 6 meses

□ **Administração Pública Electrónica - Identificação dos processos básicos da Administração Pública de interesse para o cidadão e agentes económicos**

Todos os estudos recentes sobre Administração Pública Electrónica apontam, como factor crítico de sucesso, a capacidade de integração de processos interdepartamentais, potenciando a comunicação e a transacção electrónica de informação e serviços orientados para os cidadãos e agentes económicos. Trata-se de identificar os vários parceiros públicos e privados que intervêm no processo e que contribuem para a realização do mesmo produto ou serviço público. Dar-se-á prioridade aos processos de licenciamento da actividade económica, por grandes grupos CAE, enquanto processos decisórios complexos e morosos que entram o desenvolvimento do país. Privilegiar-se-á uma visão externa, transversal e orientada exclusivamente para as necessidades básicas da sociedade portuguesa, independentemente dos parceiros públicos ou privados que intervêm nos fluxos interdepartamentais de informação e serviços, os quais se pretendem cada vez mais eficazes e económicos, através do uso intensivo das TIC.

Pretendem-se identificar constrangimentos de natureza administrativa e legal por cada um dos *clusters* identificados em torno de cada área económica específica, de cada um dos eventos da vida das pessoas ou de cada uma das fases do ciclo de vida das empresas. Tentar-se-á deste modo mobilizar o Estado, as associações empresariais e os cidadãos em geral para o grande esforço nacional da criação e desenvolvimento da Administração Pública Electrónica em torno de objectivos concretos e não apenas centrados em torno de cada Ministério isoladamente considerado.

Pretendem-se promover novas formas de orçamentação e gestão de grandes projectos transversais, capazes de estimular eficazmente, de forma socialmente útil e economicamente viável, o mercado das TIC em Portugal (nomeadamente, *Workflow*, ERP, CRM, etc.)

- **Destinatários:** Poder Político, Organismos da Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 20 000 €) Promoção ( 20 000 €). **Total = 40 000 €**
- **Prazo de execução :** 4 meses

## 2.2 CARTAS DE COMPROMISSO

### □ Fazer crescer o mercado da SI em Portugal

A sociedade da informação e do conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à administração pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia a dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Serão signatários organismos da administração pública, associações cívicas, operadores de telecomunicações, empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de informática e Universidades que adiram aos princípios da carta de compromisso.

- **Signatários:** Empresas, organismos e instituições que adiram aos princípios da carta de compromisso
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 10 000 €) Promoção ( 15 000 €). **Total = 25 000 €**

## 2.3 MANIFESTOS

### □ Educar para e com a SI – Reflexão sobre a reforma do ensino básico e secundário

Temos recentemente vindo a ser confrontados com estudos internacionais que identificam de uma forma inequívoca a inadequação do sistema educacional em particular ao nível do ensino básico e secundário, com dificuldade na formação de cidadãos aptos para abraçar as oportunidades e os desafios das sociedades avançadas que têm por base o conhecimento e a capacidade de transformar tal conhecimento em riqueza. A recente reforma do ensino secundário pode ser bem o exemplo demonstrativo dessa desadequação.

Não é suficiente ligar todas as Escolas à Internet nem tão pouco basta ligar todas as salas de aula, aspiração aliás descrita na primeira medida do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, se continuar a não existir uma visão que enquadre objectivos amplos e claros. Tal implica que a Escola como um todo, deverá dar resposta aos desafios que a ela se colocam nomeadamente, repensar as formas de ensinar e de aprender, os modelos de gestão das escolas e reformular os currícula existentes antecipando necessidades e requisitos das sociedades futuras ou no mínimo, adaptando-os aos tempos em que vivemos..

Assim importa mobilizar as instituições, os cidadãos e as empresas para a elaboração de um Manifesto para a Acção na Educação, que seja, por um lado a referência sempre presente, capaz de contribuir para a mudança urgente do actual sistema de ensino em Portugal e, por outro, um forum permanente ao mesmo tempo critico e criativo no domínio da Educação. Deve ser acentuada a capacidade para “saber fazer” e “saber inovar” na sociedade da Informação e do Conhecimento, onde a “aprendizagem ao longo da vida” se torna tão evidente e indispensável.

- **Destinatários:** Poder político, as comunidades educativas e o público em geral
- **Executores:** Task-Force específica
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado ( 5 000 €) Promoção ( 10 000 €). **Total = 15 000 €**
- **Prazo de execução :** 2 mês

## □ **Acessibilidade para Todos – Combater o Digital Divide**

Um dos maiores desafios que a sociedade hoje enfrenta é a melhoria da qualidade de vida e a autonomia dos cidadãos com fracos recursos económicos, pouca literacia, com deficiência e dos idosos cujo número tende a aumentar significativamente nos próximos anos. A população da Europa tende cada vez mais para o envelhecimento, não apenas devido ao aumento da esperança de vida, mas também motivado pelo decréscimo da natalidade.

As tecnologias da informação e comunicação tendem a desempenhar um papel cada vez mais relevante nas respostas a dar aos novos desafios da sociedade do futuro e em particular na melhoria da qualidade da vida activa e independente de todos os cidadãos. A Sociedade da Informação deverá ser capaz de dar resposta heterogénea aos problemas diferenciados de cada grupo ou indivíduo, deverá ser capaz de ser criativa e adaptativa para com as necessidades e as aspirações das pessoas.

Pretende-se com este manifesto chamar à atenção dos políticos e da sociedade em geral para a necessidade do acesso universal da população às vantagens da Sociedade da Informação e do Conhecimento evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

- **Destinatários:** Poder político, ONGs e a sociedade civil
- **Executores:** Personalidades convidadas pela capacidade que vêm demonstrando no estudo destas matérias
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (5 000 €) Promoção ( 10 000 €). **Total = 15 000 €**
- **Prazo de execução :** 2 meses

## □ **Combater os estrangulamentos do Comércio Electrónico em Portugal**

Os investimentos em tecnologia ligada à Internet têm sido elevados nestes últimos anos, tendo-se registado um sem número de iniciativas que apelam à eficiência das operações e à redução dos custos operacionais nas empresas que adiram. As plataformas para a concretização do B2B estão pois disponíveis e acessíveis.

O mesmo se tem passado na vertente B2C, quer do lado da oferta, com um grande número de lojas e centros comerciais virtuais na web, que abrangem as mais variadas ofertas de bens e serviços ao consumidor, quer do lado da procura, com um aumento sucessivo de utilizadores Internet.

Aparentemente, as condições necessárias para um sucesso total do comércio e do negócio electrónico parecem estar no lugar. No entanto, esse sucesso não acontece. Interessa, pois, identificar as razões para este estrangulamento, esta promessa adiada, mobilizando, entre outros, associações empresariais e de consumidores, juntamente com os fornecedores dos meios de pagamento e agregadores de lojas digitais, por forma a discutirem-se soluções que permitam eliminar as causas de estrangulamento que forem identificadas.

- **Destinatários:** Poder político, Associações empresariais ligadas ao comércio electrónico, Sociedade Civil
- **Executores:** Task-Force específica
- **Estimativa de Orçamento:** Execução ( 0 €), ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (5 000 €) Promoção ( 10 000 €). **Total = 15 000 €**
- **Prazo de execução:** 2 meses

## 2.4 WORKSHOPS

### □ Repensar a Saúde em Portugal no contexto da SI

É hoje uma realidade nacional que os gastos crescente no domínio da saúde não têm tido reflexos igualmente visíveis no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados aos utentes do SNS. Há quem considere que apenas pela via da utilização sistemática e intensiva das tecnologias da informação e das comunicações é possível otimizar os recursos existentes e os investimentos a efectuar no futuro.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir por forma a potenciar os cuidados de saúde primários e secundários, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento de produtos standard por parte da indústria que exijam baixos investimentos e sejam de larga utilização. Neste sentido parece transparecer a importância de alguns domínios funcionais específicos entre os quais os relativos aos serviços clínicos propriamente ditos nos quais se inclui a telemedicina, os serviços administrativos e de gestão e ainda os serviços de informação para o público em geral, profissionais de saúde e utentes.

Por forma a elaborar uma visão sobre o tema da saúde em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importa juntar numa sessão criativa os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Nacional de Saúde eficiente e da melhoria da qualidade dos serviços prestados tendo por base o uso de serviços telematicos avançados. Importa ter a colaboração de médicos, responsáveis de unidades hospitalares, autoridades de saúde, associações de utentes, especialistas na área da saúde, prestadores de serviços, fornecedores de equipamentos, laboratórios e centros de investigação entre outros.

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 1 dia
- **Estimativa de Orçamento:** ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (3 000 €), Logística ( 3 000 €), Actividades decorrentes do WS ( 4 000 €). **Total = 10 000 €**
- **Prazo de execução :** 2 meses

▪

□ **Repensar a Justiça em Portugal no contexto da SI**

Constatamos todos os dias a morosidade do sistema judicial, nomeadamente no encaminhamento e no desembaraço dos processos, na tomada de decisão, no controlo dos vários intervenientes, no acesso à informação pertinente, etc.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir por forma a melhorar o funcionamento da Justiça , por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário. Torna-se urgente a adopção de sistemas de gestão documental e workflow, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, por forma a tornar mais fluido e económico o funcionamento da Justiça em Portugal.

Por forma a elaborar uma visão sobre o tema da Justiça em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importa juntar numa sessão criativa os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Judiciário eficiente e de qualidade tendo por base o uso de serviços telematicos. Importa ter a colaboração de juizes, magistrados, advogados, funcionários judiciais, associações cívicas e todos quantos estejam interessados na aceleração e automatização do funcionamento do aparelho judiciário.

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 1 dia
- **Estimativa de Orçamento:** ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (3 000 €), Logística ( 3 000 €), Actividades decorrentes do WS ( 4 000 €). **Total = 10 000 €**

**Prazo de execução :** 2 meses

## □ **Comércio e Negócio Electrónico em Portugal – A promessa adiada**

Promover o debate sobre os elementos que contribuem para o estrangulamento e a estagnação do comércio e do negócio electrónico em Portugal, tentando congregiar os participantes em acções conjuntas que venham a ter por reflexo a identificação de medidas adequadas para a sua superação. A segurança nas transacções electrónicas (B2B / B2C), a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais (B2C), a assinatura e a factura digital (B2B), a construção de lojas virtuais e os princípios da “usability” (B2C) e a promoção das lojas e dos espaços comerciais digitais junto dos consumidores (B2C) são alguns dos tópicos a debater.

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 2 workshops de um dia sobre comércio e negócio electrónico respectivamente
- **Estimativa de Orçamento:** ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (5 000 €), Logística ( 6 000 €), Actividades decorrentes do WS ( 6 000 €). **Total = 17 000 €**
- **Prazo de execução :** 3 meses

## □ **Repensar a SI e do Conhecimento no início do Séc. XXI**

As tecnologias da informação e das comunicações evoluem a um ritmo acelerado de onde decorre que as suas aplicações potenciais estão em contínua expansão.

A visão da sociedade da informação e do conhecimento prevalecente no final da década de noventa já apresenta indícios claros de envelhecimento.

A adopção do paradigma da sociedade da informação e do conhecimento como estratégia para assegurar desenvolvimento económico sustentado e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, requer uma actualização contínua do modelo e das metas assumidas.

Este exercício de reflexão estratégica é essencial para todos os que tenham responsabilidades neste domínio na administração pública, na condução de políticas empresariais, nas universidades e nos meios de comunicação social.

- **Participantes:** : Membros do Conselho Geral, Personalidades convidadas pelo contributo a dar a esta reflexão estratégica
- **Duração:** 1 dia
- **Estimativa de Orçamento:** ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (5 000 €), Logística ( 6 000 €), Actividades decorrentes do WS ( 5 000 €).. **Total = 16 000 €**
- **Prazo de execução :** 2 meses

□ **Livro Verde para a SI em Portugal - Cinco anos de existência**

(Re)lançar um debate alargado, por parte da Sociedade Civil, sobre a SI, suas promessas e seus (in)sucessos.

- **Participantes:** Participantes na elaboração do LV. Intervenientes locais
- **Duração:** Realização de reuniões públicas, apoiadas logisticamente por instituições do Ensino Superior, em locais neutros, em Braga, Bragança (em Guimarães) , Coimbra, Évora, Porto e Viseu, culminando com uma reunião em Lisboa.
- **Estimativa de Orçamento :** ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (1 000 € X 10 sessões ), Logística (1 500 € X 10 sessões) Promoção ( 5 000 €). **Total = 30 000 €**
- **Prazo de execução :** Ano de 2002

### 3 . OUTRAS ACTIVIDADES

#### □ **Reaproveitamento de equipamento informático usado para fins de natureza social**

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo software aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas por renovação de parques informáticos empresariais. Assim os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na administração pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas para fins com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser canalizados para instituições de solidariedade social tais como lares da 3ª idade, centros de dia, clubes recreativos, jardins de infância, etc.. Deste modo, faz todo o sentido numa perspectiva abrangente encontrar meios para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas e outras organizações com fins não lucrativos.

A reutilização do equipamento usado requer a recolha junto das entidades ofertantes, a verificação das suas condições técnicas de operacionalidade, a criação de aplicações funcionalmente dirigidas àquelas instituições e compatíveis e niveladas com a configuração dos equipamentos disponibilizados por substituição, a instalação de novo software e a distribuição pelas entidades destinatárias.

Para que este programa atinja os seus fins pressupõe-se um acordo prévio com as entidades ofertantes sobre as condições mínimas de funcionalidade dos equipamentos e a pré-instalação de aplicações para fins sectoriais (lares de terceira idade, jardins escolas, colectividades de cultura e recreio, entre outras) quando disponíveis. Numa primeira fase, com o intuito de avaliar rigorosamente os custos, benefícios e meios necessários, far-se-á uma estudo prévio, de onde decorrerá a definição desta acção futura

- **Estimativa de Orçamento:** ACS - Apoio Coordenação e Secretariado (3 000 €), Logística ( 2 000 €).  
**Total = 5 000 €**
- **Prazo de execução:** 3 meses

## 4 . CONCLUSÕES

A execução deste programa de actividades representa um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar àquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos e instituições públicas.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar.